



O PANORAMA. JORNAL LITTERARIO E INSTRUTIVO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS – Foi lançado em **Maio de 1837**, como órgão da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*¹ e publicou-se, semanalmente, com algumas interrupções e mudanças de propriedade, até **1868**.

O Panorama fez **cinco séries**: – no ciclo da primeira, **1837-1841**, extraíram-se **5 volumes**; – no ciclo da segunda, **1842-1844**, publicaram-se **3 volumes**; – a terceira série, **1846-1856**, correspondeu ao ciclo mais conturbado da vida do jornal: nos primeiros sete anos (1846-52) não conseguiu cumprir nem o ritmo (semanal), nem a meta anual de edições (52), além de ter estado suspenso, pelo que concluiu apenas 1 volume (52 números); a partir de 1853, a situação estabilizou e foram publicados mais 4 volumes; no conjunto, a terceira série, totalizou, portanto, **5 volumes**; – da quarta edição, **1857-1858**, resultaram os **2 volumes** previstos; – e no ciclo da quinta série, **1866-1868**, concretizaram-se **mais três volumes**.

As duas primeiras séries foram da responsabilidade da referida *Sociedade*. **Alexandre Herculano** desempenhou então um papel central na vida da publicação, tendo assumido a direção da redação até 1839. Posteriormente, a direção da redação poderá ter sido assumida por **António Feliciano de Castilho**, que assina o editorial de abertura do ano 1841; e por **António de Oliveira Marreca**, que assina o de 1843. Nos restantes anos, essa informação está em branco ou é assumida colectivamente pelos redactores («RR». Recomenda-se a leitura destes textos que contêm informações preciosas sobre a vida da publicação. Em Dezembro de 1844, perante o decréscimo do número de assinaturas e da consequente insustentabilidade financeira da empresa, a *Assembleia Geral de Accionistas da Sociedade* decidiu suspendê-la.²

No início de Setembro de 1846, o editor e livreiro **Antonio José Fernandes Lopes**³ relançou *O Panorama*, mas um mês depois começava a guerra da *Patuleia*, o que dificultou

¹ A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis foi criada em Fevereiro de 1837, sob os auspícios da rainha D. Maria II. O lançamento de uma publicação semanal, propagadora de conhecimentos uteis, terá mesmo sido o objetivo que despoletou a constituição da Sociedade, conforme faz notícia o *Diário do Governo*, de 21 de Fevereiro de 1837: «O louvável fim da Associação, que se propõe publicar este periódico, compreende-se em poucas palavras: ensinar o Povo, para que elle seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões – e oferecer-lhe a instrução por modo que ella possa chegar ao seu intendmento [sic] e a sua bolsa; isto é, fácil e barata.» Aí se refere ainda que «O periódico receberá o título de – *Panorama Litterário* – publicar-se-há todos os sabbados – e terá oito paginas, no formato do *Penny Magazine*.», entre outras características. Em cada volume d'*O Panorama* está presente informação sobre os elementos que compunham os órgãos diretivos da Sociedade.

² Cf. o aviso publicado na última página, do ultimo número publicado em 1844.

³ Além de tipógrafo-editor, com casa própria, António José Fernandes Lopes tinha uma livraria na Rua do Ouro, n.º 227 e 228. Da sua oficina saíram, além d' *O Panorama* e da *Ilustração Luso-Brasileira*, os jornais *O Futuro* e *A Discussão*, que se fundiriam para dar lugar *A Política Liberal*. Também se

a vida regular do jornal: os 52 números que o editor se comprometera a publicar num ano (até Setembro de 1847, portanto) só ficaram concluídos em Dezembro de 1852. Um “desastre” que poderia ter minado definitivamente a confiança dos assinantes, que haviam pago adiantado. Mas nada aconteceu, pois a partir de Janeiro de 1853 a vida editorial d’O *Panorama* prosseguiu inabalável até Dezembro de 1858. Segundo Inocêncio da Silva, durante este período, a direção foi assumida por **Luiz Augusto Rebelo da Silva**⁴, embora isso não seja de todo claro no jornal.

Passados sete anos (1866), O *Panorama* foi novamente ressuscitado, o que traduz o prestígio e o valor que o jornal acumulara durante a sua existência. A iniciativa terá resultado de uma **parceria entre a empresa *Panorama*, ainda na posse de António José Fernandes Lopes, e a Tipografia Franco-Portuguesa**. No último número publicado em 1868, um tal de Miguel Soares Monteiro anunciou, em nome da empresa, a suspensão do jornal.

Invariavelmente, cada número apresentou **8 páginas**, nas quais o texto se distribuía por duas colunas. Em regra, a primeira página era ilustrada com uma gravura, que fornecia o tema para um artigo que se desenvolvia na página seguinte. No interior, usavam-se mais uma ou duas gravuras, mas de menor dimensão. Como a **grande maioria das gravuras eram adquiridas no estrangeiro**, a página nobre d’O *Panorama* raramente se centrava num tema português, o que de alguma forma contrariava a sua vocação nacionalista e regeneradora. Mas, de facto, isso era apenas o reflexo do fraco desenvolvimento da gravura em madeira, em Portugal. O jornal arvorava-se de ter sido o introdutor da arte no país e o seu maior dinamizador. Pode dizer-se que o resultado desse esforço é visível nas suas páginas, onde a gravura sobre temas nacionais foi ganhando expressão. Mas num ano de edição nunca representou mais de 16% do total de gravuras publicadas. O primeiro gravador referido como colaborador pel’ O *Panorama* foi «o sr. Coelho» (José Maria Baptista Coelho, 1812-1891). Com o tempo, outros desenhadores e gravadores nacionais se lhe juntaram, como Bordallo (Manuel Maria Bordallo Pinheiro, 1815-1880; desenhador), Fonseca (desenhador), Pedrozo (João Pedroso Gomes da Silva, 1823-1890; gravador), Silva (Francisco Augusto Nogueira da Silva, 1830-1868; desenhador), Pereira (António Joaquim Gonçalves Pereira, 1839-1878; desenhador) e Le Ribeiro (desenhador)⁵.

Grande parte da existência d’ O *Panorama* decorreu no ambiente de guerra civil que se seguiu à Revolução de 1820 e que se prolongou até 1851, data que assinalou o início da *Regeneração*, onde entronca o designado «rotativismo» político. Pode considerar-se que O *Panorama* foi **uma voz ao serviço da ideia da regeneração do país**. Utopia ou projeto que

dedicou à edição do livro, incluindo obras clássicas, constituindo um extenso e variado catálogo, que se encontra publicitado nas páginas d’ O *Panorama*.

⁴ Luiz Augusto Rebelo da Silva - Nasceu em Lisboa, em 1822. Foi um dos primeiros professores do Curso Superior de Letras (1859) e um cidadão interessado e participativo. É possível que a sua associação a O *Panorama* tenha resultado da amizade com Alexandre Herculano. A Literatura e a História foram os dois "filões" que mais explorou para deixar uma vasta obra disseminada na imprensa da época. Da sua prolífera colaboração n’O *Panorama* destacamos o romance histórico «Ódio velho não cansa», que começou a ser publicado no n.º 42, de 1852.

⁵ Sobre o desenvolvimento da gravura em Portugal sugere-se a leitura do estudo de Graça Afonso, intitulado *O Arquivo Pittoresco e a História da Gravura em Madeira*, editado na Hemeroteca Digital: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/ArquivoP/EstInternos_Arquivo.htm

procurou concretizar-se através da valorização da consciência da **identidade nacional** e da **construção de um compromisso político** entre as diferentes sensibilidades liberais em luta (*setembristas, cabralistas; regeneradores, progressistas*), que permitisse **instaurar a «ordem» necessária ao progresso do país**, de acordo com o modelo económico liberal, isto é, **capitalista**.

Para tal, havia **antes de mais de formar «cidadãos»**, leia-se homens instruídos e ilustrados, economicamente independentes e, por isso, politicamente livres. Eram eles, enquanto eleitores, a base do sistema político liberal. Era este, pois, o desígnio d'O *Panorama*.

Sintomaticamente, ficou estabelecido logo de raiz que «os assumptos políticos não obteriam entrada» n' *O Panorama*, sob o argumento de que «As discussões politicas exaltam os espíritos mais moderados, e assumem, mais dia menos dia, um caracter particular e pessoal que não quadra aos periódicos litterários: alimentem pois essas discussões os jornaes que a ellas se entregam quase exclusivamente.»⁶

Mas se é verdade que *O Panorama* apresenta uma forte componente literária, sendo mesmo considerado um dos principais **órgão do Romantismo português**; se não se envolveu na luta partidária, nem foi terreno para afrontas e ataques pessoais, **também não se inibiu de defender as políticas, os projetos, as ideias e os valores que considerava essenciais para a reforma e o incremento do país**. Tão pouco deixou de lançar alguns reparos e críticas sobre o que não recolhia o seu acordo, ainda que mais raramente. De facto, **o sentido do discurso** que o jornal veiculava era, essencialmente, **positivo, otimista** e, não raras vezes, **apaziguador, apelando ao entendimento** entre todos os liberais: «(...) só no tribunal dos fanaticos de ambas estas espécies, podem os dois opostos systemas parecer inconciliáveis. O homem sincero, alumiado, e bom; o verdadeiro philosopho, isto é, o amigo da sabedoria útil, regerà os passos do seu pensamento, e, se o podesse, os de todos os seus semelhantes, pelo caminho medio; pedirá e tomará dos arrazoados todas as verdades; porque todas ellas são prestadias; pedirá e tomará dos crentes tudo quanto, não contrastando a razão, concorrer de perto ou de longe para amansar os ciúmes ferros da nossa natureza: dirá aos primeiros – dae-me, de hora para hora, subidas e melhoradas todas as ciências bemfeitoras da terra :” – e aos segundos – alegrae-me, no meu caminho, de perigos e tribulações, com os vossos cânticos de esperança e valor.”⁷ Como o texto testemunha, **o liberalismo português procurou**, sobretudo, conciliar, **encontrar o «caminho medio»** entre o racional e o espiritual, as ciências e a poesia, entre o passado, a tradição e a corrente de inovações que impunha mudanças em todas as esferas da vida.⁸ Era a proposta exequível no contexto cultural e materialmente atávico que caracterizava o país.

Depois do golpe de Saldanha, de Abril de 1851, que derrubou Costa Cabral, **a utopia regeneradora redefiniu-se** como estratégia nacional de desenvolvimento, **dinamizada pelo Estado** (e não no cidadão empreendedor), assente fundamentalmente, na construção

⁶ Cf. «VARIEDADES. *Litteratura*», in *Diário do Governo* (21 Fev. 1837), p. 204.

⁷ Cf. «Entendimento e affectos ou as duas filosofias», in *O Panorama*, n.º 102, de 1839, pp. 114-115.

⁸ O artigo que faz a «Introdução» do ano 1844 (n.º 1) desenvolve o assunto com grande eloquência, procurando convencer os mais radicais de que a sua urgência em tudo alterar, «exigindo a abnegação de todas as crenças e hábitos», era uma utopia, verdadeiramente “um tiro no pé”.

e desenvolvimento de infraestruturas e redes de transportes. Foi concretizada à custa do crédito externo, de uma política protecionista e de uma tributação crescente sobre o consumo. Embora tenha ficado associada à figura de Fontes Pereira de Melo, a *Regeneração* foi prosseguida por outros líderes governativos do ciclo político do «rotativismo». A “refundação” do liberalismo não determinou qualquer alteração substantiva ao programa d’ *O Panorama*, que continuou apostado na formação de «cidadãos». Mas não há dúvida que o discurso mais interventivo e programático, veiculado nas colunas do jornal, foi esmorecendo há medida que os dias foram afastando o sonho.

CONCEITO, PROGRAMA E COLABORAÇÃO

Para a definição do tipo de periódico que *O Panorama* seria, a *Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Uteis* tomou por matriz o que designava por «**jornal de instrução, popular**», que concebia como «um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos». Tratava-se, portanto, de levar à prática **um jornalismo interveniente**, na medida em que se propunha alterar a realidade onde estava inserido ou contribuir para isso; **instrutivo**, uma vez que pretendia canalizar para o leitor conhecimento ou informação de valor “activo”; e “**universal**”, pois tinha em mira «todas as classes de cidadãos»⁹ – ideia dúbia, já que perante a lei, a categoria ou estatuto de «cidadão», reportado aos que tinham direito de voto, ainda não estabilizara. Parece-nos que se referiam, sobretudo, à pequena e média burguesia, a urbana e a rural.

Nos primeiros meses, o jornal deu à leitura artigos relativamente extensos (uma página, em média), versando sobre assuntos diversos, alusivos a diferentes países, regiões e culturas. Também alguns textos literários. Após um ano de publicação e em razão das críticas, elogios e sugestões recebidas, a direção considerou que havia necessidade introduzir algumas **alterações ao «systema de redacção»** de forma a satisfazer o universo de leitores que, obviamente, não era um grupo homogéneo. De acordo com a análise realizada, **os leitores podiam dividir-se em três classes**: «A primeira é a dos que pretendem só instrução, sem lhes importar a fôrma; (...); são estes poucos; a segunda classe, que é a mais numerosa, consta daquelles que gostam de instruir-se recreando-se; a terceira emfim, é formada pelos que só na leitura buscam passatempo para matar o tédio, e a quem cousas singelas, claras, comuns, ou frívolas só agradam; doentia é a compleição moral destes, difícil a sua cura; mas por isso mesmo não os devemos abandonar».¹⁰

Em face do perfil dos leitores, **definiu-se então uma nova estrutura para jornal**, que se manteve inalterável ao longo das cinco edições: «O Panorama conterà de ora ávante **duas partes**, que de algum modo se podem se podem considerar como distintas. **A primeira destinada aos artigos mais extensos** e relativos ás sciencias naturaes, aos quadros historicos, á geographia, á topographia, aos monumento, á economia, á litteratura e a todos os mais objectos graves e importantes; **a segunda conterà artigos breves, variados e de menos monta**, posto que tendentes sempre, quanto for possível com a sua natureza, á instrução comum, não sendo d’ahi inteiramente desterrada a sciencia, quando nella se poderem dar as condições desta parte do jornal – brevidade, deleite e variedade.» Não

⁹ Cf. *O Panorama*, n.º 36, de 1838, p. 1-2.

¹⁰ *Ibidem*

tinham qualquer dúvida de que era aquele o «systema redactorial» que melhor se adequava «às circunstancias peculiares do nosso paiz». Mas como quem se previne de avaliações futuras sobre as expectativas criadas, não deixaram passar a oportunidade de lançar a sua crítica ou reparo ao poder: «Semelhantes jornaes devem ser considerados como um complemento da educação primaria popular, e esta é miserável, incompleta, e despresada. – Creou-a o marquez de Pombal; mas até hoje mais ninguém curou della.»¹¹

Embora o passado assuma um peso significativo n' *O Panorama* – reforçado, além do mais, pela imagem, sempre em focagem retrospectiva –, **a atualidade não está ausente** das suas páginas, pelo contrário. Não no formato de notícia, mas **como artigo informativo** com sentido de diagnóstico ou de proposta. E nesse alinhamento, **a defesa da instrução e da educação pública foram das “causas” que mais mobilizaram *O Panorama***. Diferentes autores partilharam as suas reflexões e defenderam propostas muito estruturadas sobre questões tão diversas como a instrução popular, a ilustração dos militares, o papel da mulher na educação, a organização do ensino, nos seus diferentes níveis, os professores, a rede de escolas necessária, os métodos de ensino, o ensino de deficientes, as experiências educativas de outros países, etc. Um manancial de informação muito rico e que dá testemunho do debate que então se realizou.

Note-se, no entanto, **que a elevação do nível cultural do país não era um fim em si mesmo, mas um meio para regenerar o país, colocando-o no trilho da prosperidade e do progresso**. Este “modelo” teórico foi explanado nas colunas d' *O Panorama*, em 1843. Em nota rodapé refere-se que não é uma peça original, mas um trecho de uma obra «inglesa». Provavelmente, da lavra de Alexandre Herculano, que continuava a colaborar com o jornal. Assim o denuncia o dramatismo “revolucionário” – de travo romântico – a que recorreu para justificar e exigir a rápida adoção das propostas avançadas. E estas orientam-se, sobretudo, para a harmonização dos interesses económicos em presença, de forma garantir o futuro da Monarquia: «A *instrucção* deve ser o ponto de partida, e a base em que hade assentar o edifício social. (...) Em quanto o povo não fôr obrigado a recorrer a esta fonte de prosperidades, a atonia que o enfraquece hade sempre augmentar. Assim como o violentam a pagar tributos exorbitantes, a obedecer a leis que por insensatas enchem muitas vezes de amargura os corações generosos, porque não o obrigarão a desfructar os beneficios da instrução, cujos resultados seriam sempre vantajosos á sua existência social? Sem instrucção não há homens nem verdadeira civilização. Que industria tem prosperado na ignorância? (...) Sabe o artista o que lhe é indispensavel saber? Possui o agricultor os elementos das sciencias necesarios para a prosperidade da sua útil profissão? Não: – pelo contrario, dezanove vigesimas partes da população [com raras excepções] jazem sepultadas na mais crassa e profunda ignorância. – Sejamos pois solícitos em dissipar a nuvem caliginosa, pondo nas mãos de todos a luz que a todos deve alumiar.»

A organização do trabalho, ou seja, a distribuição da riqueza por ele gerado, não merece uma leitura mais positiva: «De um lado vemos alguns indivíduos que possuem fortunas de milhões; do outro observamos uma multidão de homens victimas da miséria que os persegue até o tumulto. (...) A maior parte dos homens condemnada a ganhar de dia o que hade comer á noite, vive mesquinamente, e sem esperanças, ao lado dos que abastados e poderosos himpam [sic] de fartos e regalados. Ah! Temei que o gigante abatido levante um

¹¹ *Ibidem*.

dia a cabeça, e que, desenrolando a terrível bandeira da necessidade, reclame com o ferro alçado a parte que lhe compete nesta desigual distribuição das condições humanas. Para evitar estes excessos criminosos [sublinhado nosso], bom será tomar a prudente iniciativa, criando associações nas quaes todo o individuo possa achar sem custo a parte de ventura a que tem um direito incontroverso.»¹²

A «associação» configurava, pois, uma solução para o enquadramento das designadas «classes inferiores» – onde se incluíam não só os que apenas dispunham da força do seu braço, mas também os pequenos proprietários rurais e empresários –, cujo desespero começava a ser canalizado por forças que ameaçavam o regime monárquico.

Muitos outros artigos publicados n' *O Panorama* sustentaram, de forma mais ou menos direta, aquela tese, através da apologia do trabalho¹³ e do empreendedorismo¹⁴, da análise dos obstáculos ao desenvolvimento industrial¹⁵, da reflexão sobre sustentabilidade económica do país¹⁶, da organização de caixas económicas¹⁷, e também sobre os benefícios da indústria para a agricultura¹⁸, além de muitos pequenos artigos com informação de índole técnica e científica com interesse para os industriais, os agricultores e os artífices.

Resta dizer que, ao longo da sua existência, ***O Panorama* contou com um leque de redatores e colaboradores variado**, onde não faltavam figuras a quem se reconhecia autoridade e prestígio, quer no campo das Letras, quer nas respetivas áreas de conhecimento, ou por força da sua participação na vida pública. O rol é extenso, mas deixamo-lo esboçado, na ideia que possa ser útil aos investigadores (entre de parênteses encontram-se as “assinaturas” utilizadas no jornal):

1.ª SERIE (1837-41) – Fernando Luiz Mouzinho de Albuquerque (1818-?; oficial do exército), José Maria Xavier d'Araujo (X. d' A., 1786-1850?; magistrado), António Feliciano de Castilho (A. F. de Castilho, 1800-1875; escritor), Baltazar de Chermont (B. C.; historiador), Tiburcio António Craveiro (1800-1844; poeta e professor), Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846; jurisconsulto e polígrafo), Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (A.H., 1810-1877; investigador, historiador, escritor, jornalista e deputado), José Maria da Silva Leal (Silva Leal–Júnior, 1812-1883), António de Oliveira Marreca (A. de O. Marreca, 1805-1889; professor, fundador d' *O Panorama*), Paulo Midosi (P. M., 1790-1858; escritor), Nuno Maria de Sousa Moura (N. M. de Sousa Moura, 1810-1871; militar e escritor), José Félix Henrique Nogueira (J. F. Henrique Nogueira, 1825-1858; jornalista e escritor), João da Cunha Neves e

¹² Cf. «Regeneração e o Incremento do Bem-Público por meio das Associações», in *O Panorama*, n.º 96, de 1843, pp. 341-344.

¹³ V. por exemplo «Pensamentos sobre o trabalho», in *O Panorama*, n.º 132, de 1839.

¹⁴ V. «O trabalho ou 5 mil cruzados de renda», in *O Panorama*, n.º 16, de 1837.

¹⁵ V. «Obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da industria», in *O Panorama*, n.º 45, de 1842.

¹⁶ V. «Questões estatísticas acerca de Portugal, com as respostas do conselheiro ministro d'estado honorário José Xavier Mouzinho da Silveira», in *O Panorama*, n.º 157, de 1844.

¹⁷ V. «Das caixas economicas », in *O Panorama*, n.ºs 146, 147 e 148, de 1844.

¹⁸ V. «Sobre o trabalho», in *O Panorama*, n.º 31, de 1847.

Carvalho Portugal (J. da C. N. C., 1784-1856; magistrado), Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), Francisco Inácio Pereira Rubião (F. I. P. R., ?-1846; médico), Sebastião José Ribeiro de Sá (S. J. Ribeiro de Sá, 1822-1865; escritor), Caetano de Moura Palha Salgado (C. M. P. Salgado, 1818-?, sacerdote), Miguel Joaquim Marques Torres (M. J. M. T., 1811-1887; amanuense), Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (F.L.G. de Varnhagen, 1782-1842; engenheiro);

2.^a SERIE (1842-44) – Joaquim da Costa Cascaes (J. da C. Cascaes, 1815-1898), Antonio Feliciano Castilho, José Maria Latino Coelho (J. M. Latino Coelho, 1825-1891), Alexandre Herculano, José da Silva Mendes Leal-Junior, António de Oliveira Marreca, João Maria Nogueira (J. M. Nogueira, 1816-1856), Luiz Augusto Xavier Palmeirim (L. A. Palmeirim, 1825-1893), Sebastião José Ribeiro de Sá, Luiz Augusto Rebelo da Silva (L.A. Rebelo da Silva, 1822-1871; escritor, deputado e ministro), Francisco Adolpho de Varnhagen (F. A. Varnhagen, 1816-1878), José de Torres (1827-1875; escritor, jornalista);

3.^a SERIE (1846-56) – D. Antonio de Almeida (5.^o marques do Lavradio?, 1794-1874), F. Gomes d'Amorim (Francisco Gomes de Amorim, 1827-1891; poeta, romancista e dramaturgo), Ignacio de Vilhena Barbosa (I. de Vilhena Barbosa, 1811-1890; publicista e investigador), José Joaquim Rodrigues de Bastos (1777-1862; juiz, conselheiro, escritor), Francisco Maria Bordalo (F. M. Bordalo, 1821-1861, escritor e jornalista), Francisco Freire de Carvalho (1879-1854?); Joaquim da Costa Cascaes, Germano Chaves, José Maria Latino Coelho, J.C. Hacourt, José da Silva Mendes Leal Junior, A. Lima, Ernesto Marecos (1836-1879; poeta), Antonio d'Oliveira Marreca, José Maria de Souza Monteiro (1810-1881; amanuense, investigador e publicista), Inácio Francisco Silveira da Motta (I. F. Silveira da Motta (1836-1907; jurisconsulto, politico e escritor), João Maria Nogueira, Luiz Augusto Xavier Palmeirim, Marquez de Rezende, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, M. Cesario d' Araújo e Silva, Luiz Augusto Rebelo da Silva; José de Torres; Dr. F. J. da Cunha Vianna.

4.^a SERIE (1857-58) – Casimiro de Abreu (Casimiro José Marques de Abreu, 1839-1860; poeta brasileiro), Francisco Gomes de Amorim, Francisco Duarte d' Almeida Araújo (F. D. d' Almeida Araújo, 1816-1877), Francisco Maria Bordalo, Camillo Castelo Branco (1825-1890; escritor), Joaquim da Costa Cascaes, Marcus. Dalhanty (M. Dalhanty; tradutor), António Joaquim Teodorico Mendes Leal (Mendes Leal (Antonio), 1831-1871; poeta), J. A. X. de Magalhães, António Pedro Lopes de Mendonça (Lopes de Mendonça, 1826-1865; escritor), Rodrigo Paganino (R. Paganino, 1835-1863; medico, publicista e escritor), Marquez de Rezende, A. M. da Veiga dos Santos, M. P. de Sousa, José de Torres;

5.^a SERIE (1866-68) – Francisco Zacharias Araújo da Costa Aça (Zacharias d'Aça, 1839-1903/8?; jornalista), F. A. d'Almeida, José Inácio d'Araújo (J.I. d'Araújo, 1827-1907, escritor), Guilherme de Azevedo (1839-1882), Manuel Bernardes Branco (1832-1900, professor, ensaísta e publicista), Antonio Feliciano de Castilho; Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (M. Pinheiro Chagas, 1842-1895; deputado, ministro, ensaísta e publicista), João de Deus (João de Deus, 1830-1896; poeta, pedagogo), Antonio Candido de Figueiredo (Candido Figueiredo, 1846-1925; lexicólogo, jornalista e poeta), Antonio Xavier de Sousa Cordeiro (A. X. de Sousa Cordeiro, 1844-1903, jurisconsulto, escritor), A. P. Ferraz Junior, Vicente Machado Ferreira Cardoso de Faria e Maia (Vicente Machado de Faria e Maia, 1838-1917; advogado e poeta), D. Francisco Manoel, Ernesto Marecos (1836-1879; poeta), A. d'Oliveira Pires, José Silvestre Ribeiro (1807-1891; deputado, conselheiro de estado, escritor e

jornalista), Thomaz Ribeiro (Thomaz Antonio Ferreira Ribeiro, 1831-1901; deputado, ministro, par do reino, poeta e escritor), Costa e Silva, C. E. Correa da Silva, Innocencio Francisco da Silva (Innocencio F. da Silva, 1810-1876; bibliografo, publicista), Francisco Augusto Nogueira da Silva (Nogueira da Silva, 1830-1868), Luiz Augusto Rebello da Silva, João M-Tedeshy, Alberto Ozorio de Vasconcellos (A. Ozorio de Vasconcellos, 1842-1881; oficial da armada, jornalista e escritor).

Rita Correia

Lisboa, 23 de Novembro de 2012

BIBLIOGRAFIA

Dicionário Cronológico de Autores Portuguese, org. Instituto Português do Livro, coord. Eugénio Lisboa. Vols. 2, 3 e 4. Mem-Martins: Publicações Europa América, 1985. ISBN: 972-1-03157-7 (v. 2), 972-1-03185-2 (v. 3) e 972-1-04378-8 (v. 4).

Dicionário Biográfico Parlamentar, coord. Maria Filomena Mónica. Vols. I e II. Lisboa: Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005. ISBN: 972-671-120-7, 972-671-145-2.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, dir. Medina. Vol. IX – A Monarquia Constitucional. Lisboa: Ediclube, 1998. ISBN: 84-407-0260-4.

ANDRADE, Adriano da Guerra – *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. 1.^a edição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980.

BUESCU, Helena Carvalhão – *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. ISBN 972-21-1101-9.

LAPA, Albino – *Dicionário de Pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

SILVA, Innocencio da Silva – *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1958.